



# *Inquisição de Lisboa “on line”: um instrumento de descrição multinível actualizado*

DATA – Cristina Camacho e Graça Barros



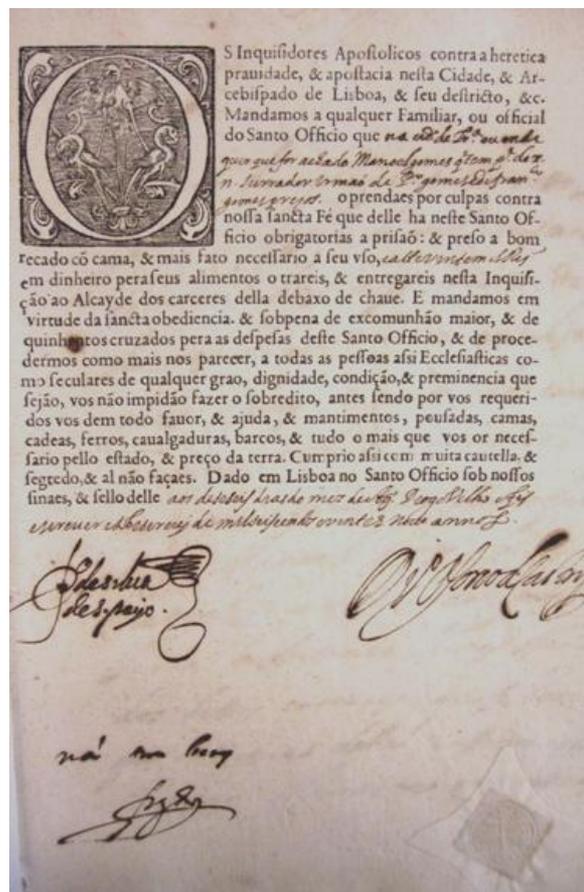
- Contributos para a descrição;  
um valor acrescentado
- Contextualização
- Documentos encontrados em processos
- Reconstituição de processos



## Imagens de documentos e objectos encontrados em processos



## Inquisição de Lisboa, proc. 8129



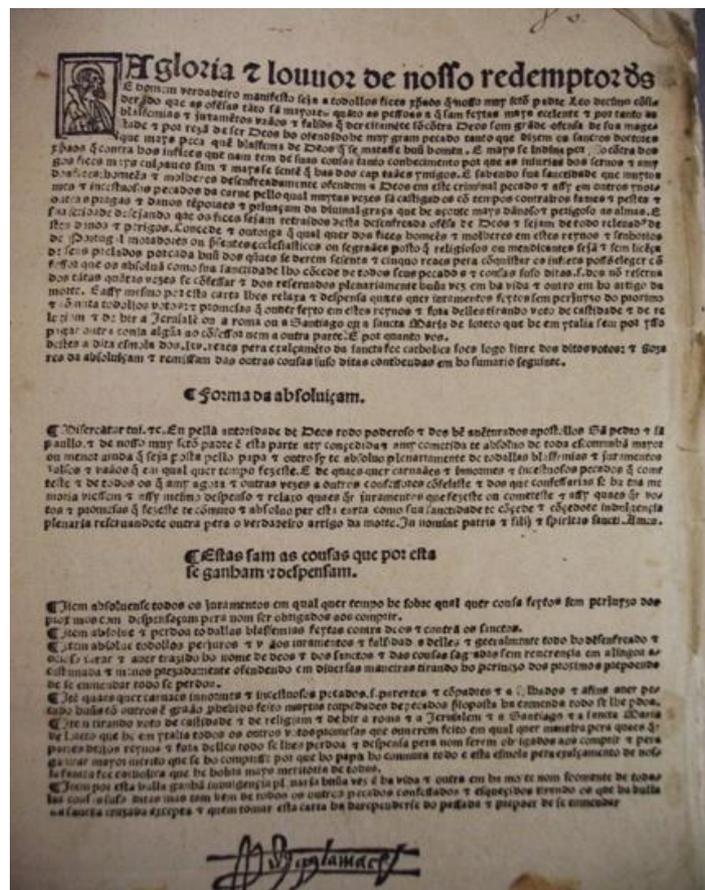
## Mandado de prisão de Manuel Gomes Inquisição de Lisboa, proc. 4754, f. 4



Capitular de mandado de prisão  
Inquisição de Lisboa, proc. 4754, f. 4



## Carta de admissão de Simoa da Silva na Irmandade Inquisição de Lisboa, proc. 6072, f. 37



# Carta impressa incluída no processo de Catarina Fernandes Inquisição de Lisboa, proc. 8499, f. 80



10E (4)

*De Sabbath.* 83

Gouernan hitos con merced, abiuiguan muertos con piadades muchas: sustentan caydos, y melezina enfermos, y soltan presos, y afirman su fee a durmientes en el poluo. Quien como tu señor be barragnias? y quien se asemeja a ti? Rey mañ, y abiuiguar y fazien hermollerer saluacion, ¡fieltu para abiuiguar los muertos. Bendito tu. A. abiuiguan los muertos.

*¶ Keduñab.* *am-la*

**S** Antificarte hemos, y enfortecerte hemos con suavidad de fabla de secreto de Seraphim de santidad los atercantes a ti santidad, y así escrito por mano de tu Propheta, y llamoau este a este, y dezia: Kados, Kados, Kados. A. Cebaoth: melo col haarez keuodo. *En La Synago ga.*

A su encuentro loantes y dizientes:  
Bendita honra de. A. de *los* lugar.

Y en palabras de tu santidad escrito por dezim Reynar. A. para siempre tu Dio Cyon de generancio y generancio, Haleluyah. *Fasta aqui.*

**T** V santo y tu nombre santo, y fantos en todo dia te loaran siempre. Bendito tu. A. el Dio el Santo.

**A** Legróse Moseh con de diua de su parte, que sieruo fiel llamaste a el, corona de gloria en su cabeza diste, en su estar, delante ti sobre monte Synay dos tablas de piedras descendió en su mano, y escrito en ellas guarda del Sabbath.

Y así escrito en tu Ley: Y guarden hijos de Ysrael al Sabbath para fazer al Sabbath a sus generancios firmamiento de siempre entre mi, y entre hijos de Ysrael señal ella para siempre, que en seys dias fizo. A. a los

L 3

## Orações judaicas

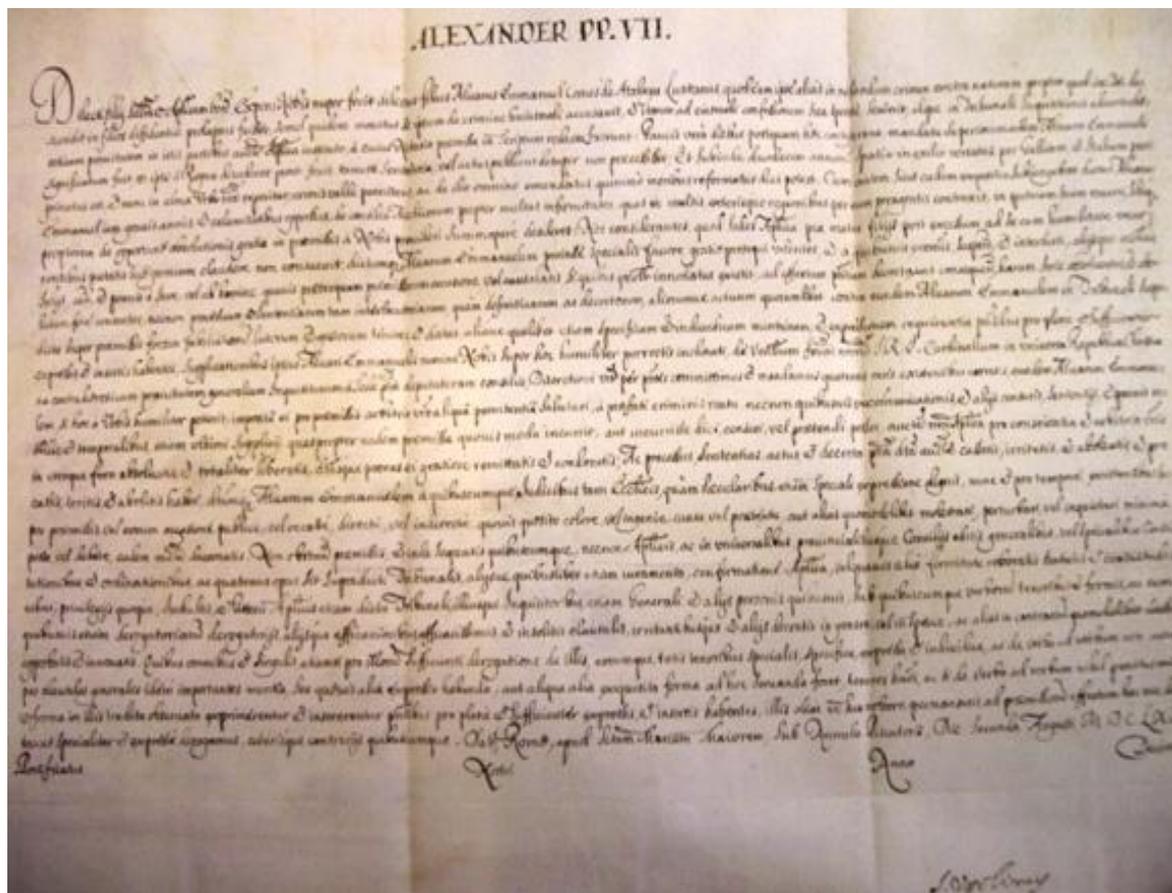
Inquisição de Lisboa, proc. 1843, f. 10e



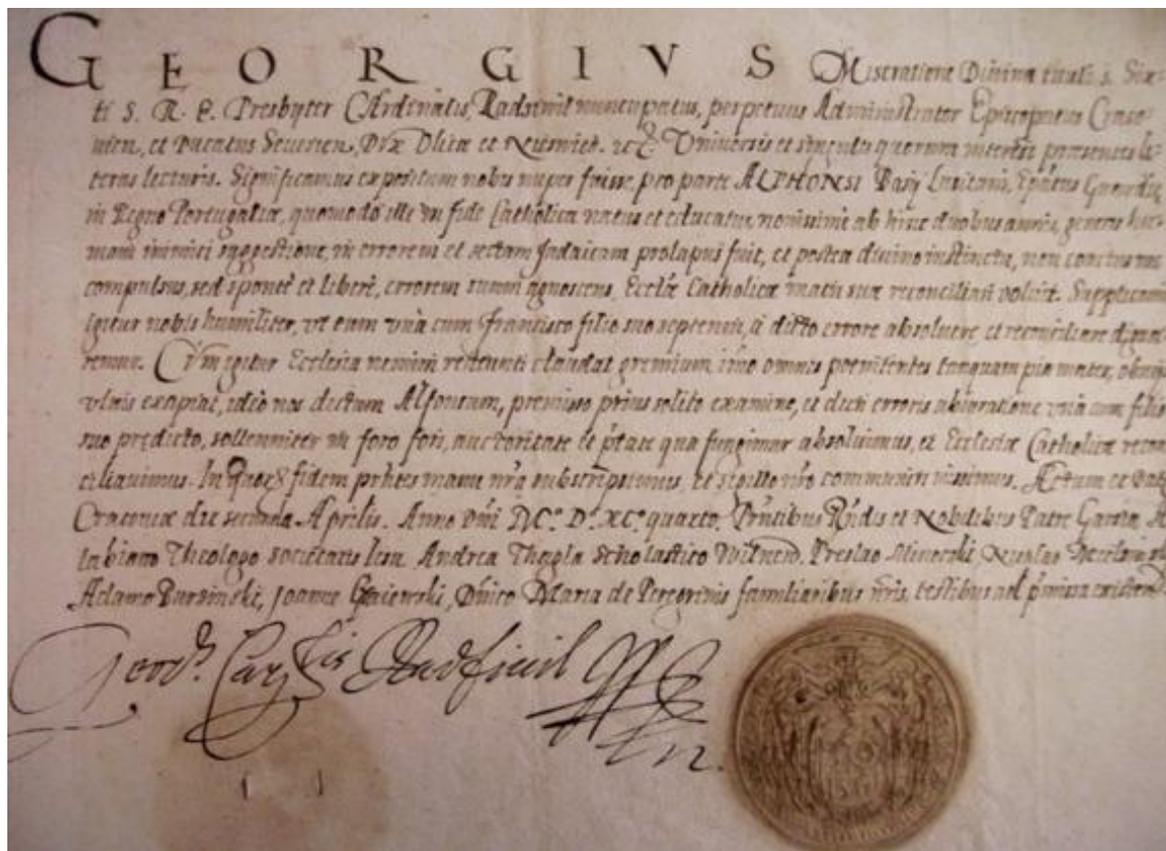
Carimbo do notário António de Faria Leitão  
Inquisição de Lisboa, proc. 774, f. 15



Sinal do notário Diogo Travassos  
Inquisição de Lisboa, proc. 5000, f. 110v



## Bula inclusa no processo de António Rodrigues Inquisição de Lisboa, proc. 606, f. 63



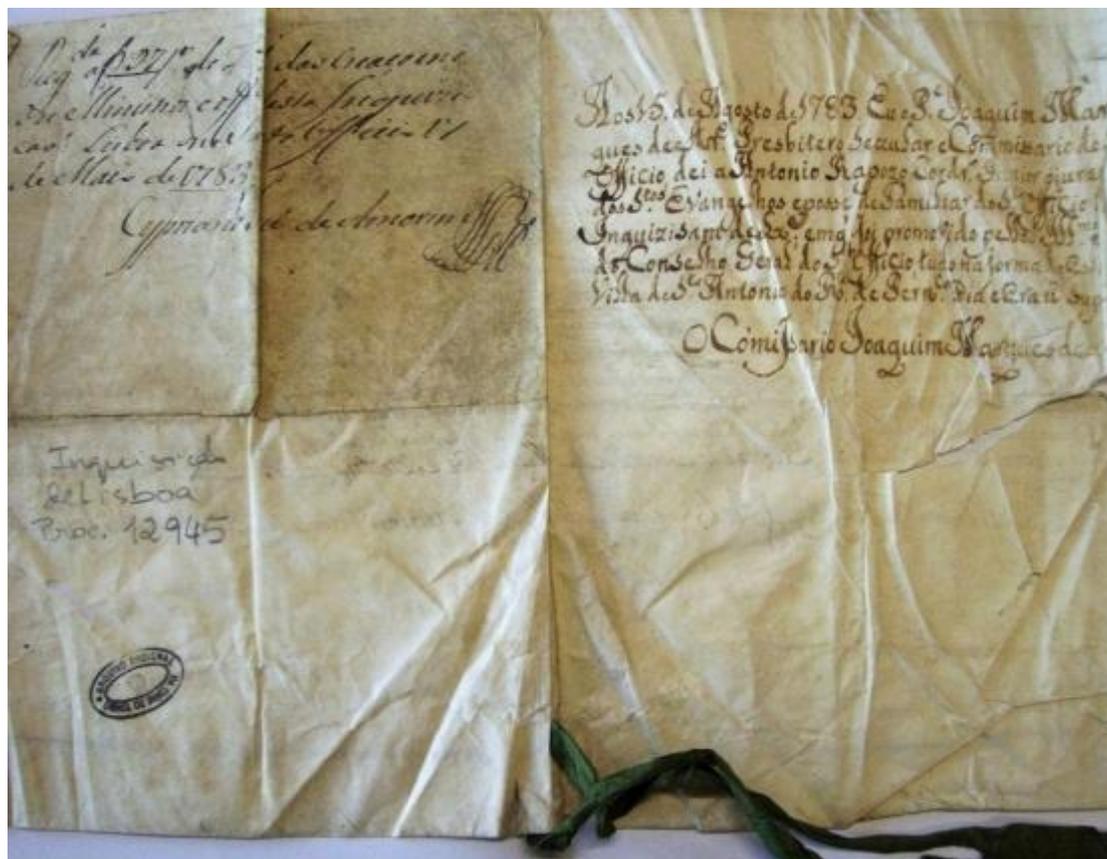
Carta de D. Georgius, presbítero cardeal Radzivil  
Inquisição de Lisboa, proc. 11742, f. 52



Selo da Carta de D. Georgius  
Inquisição de Lisboa, proc. 11742, f. 52



## Carta de Familiar do Santo Officio Inquisição de Lisboa, proc. 12945



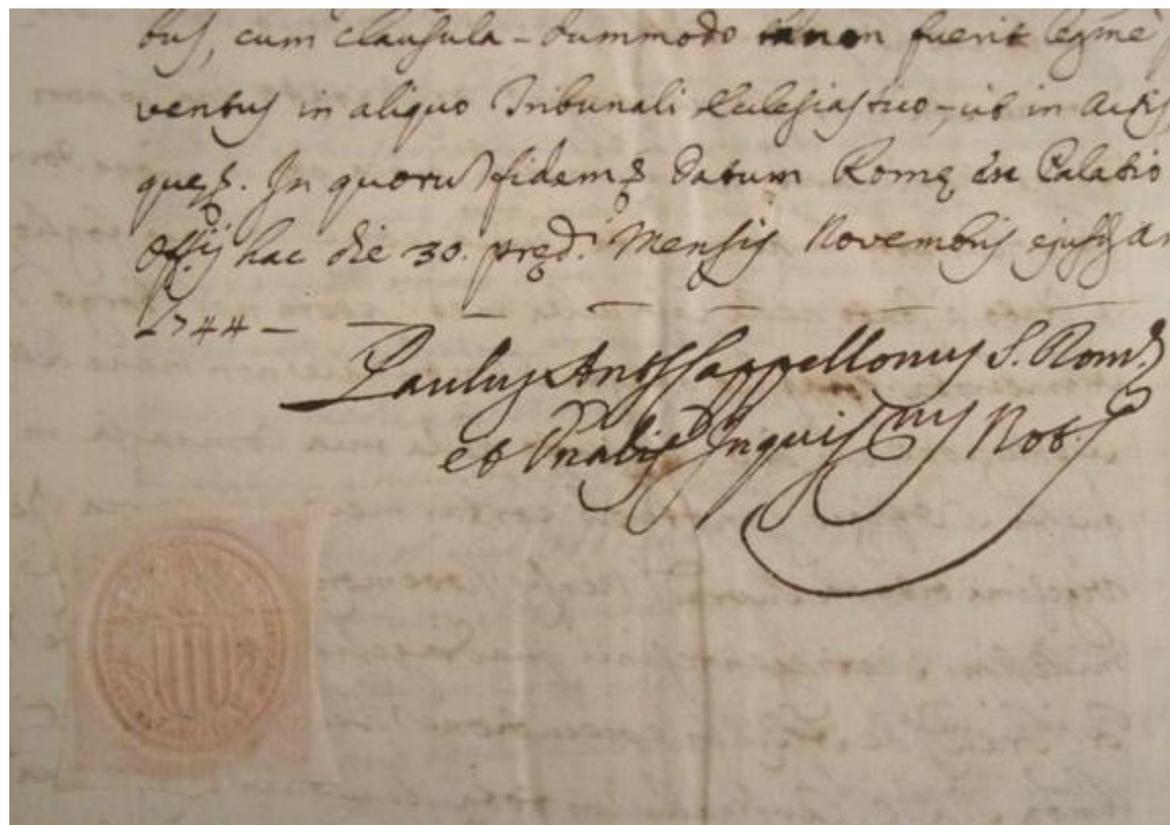
Carta de Familiar do Santo Ofício  
Inquisição de Lisboa, proc. 12945, f. v



## Pergaminho com imagem de Santiago de Compostela Inquisição de Lisboa, proc. 11007, f. 38



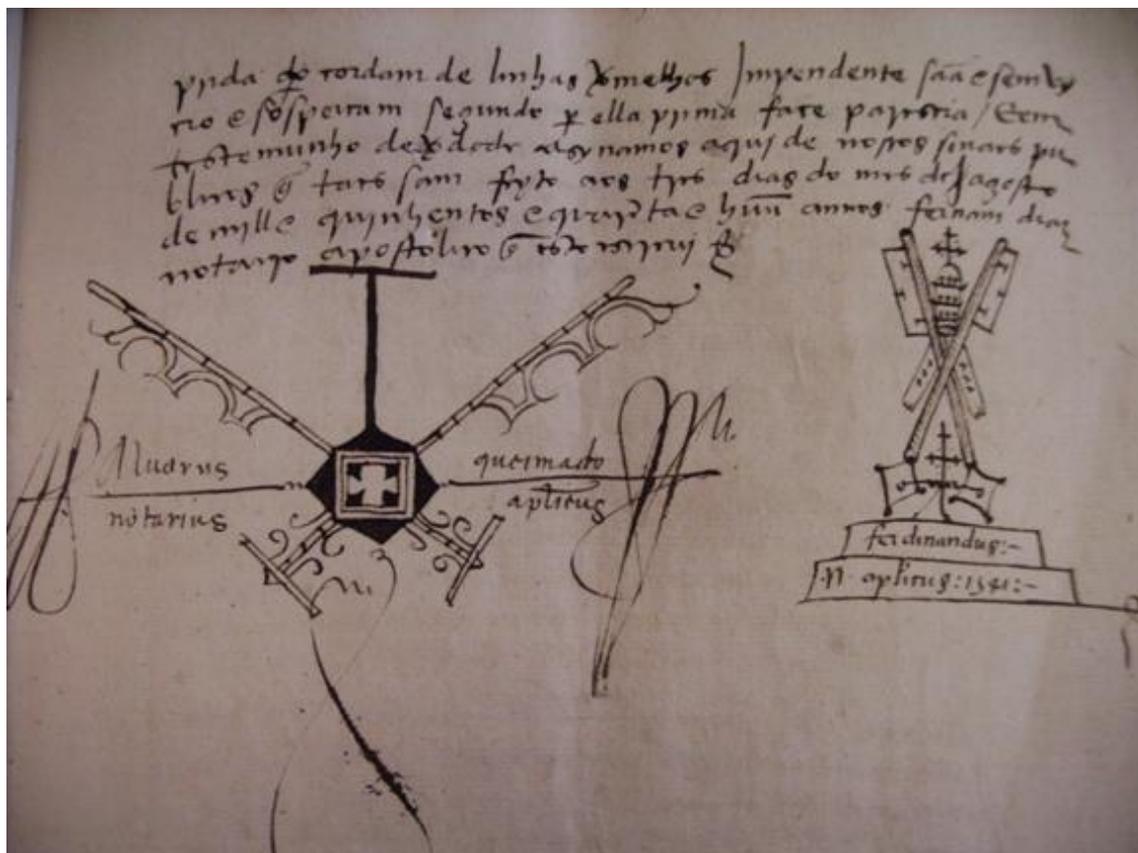
Pergaminho com selos de cera, pendent  
Inquisição de Lisboa, proc. 17658, f. 20



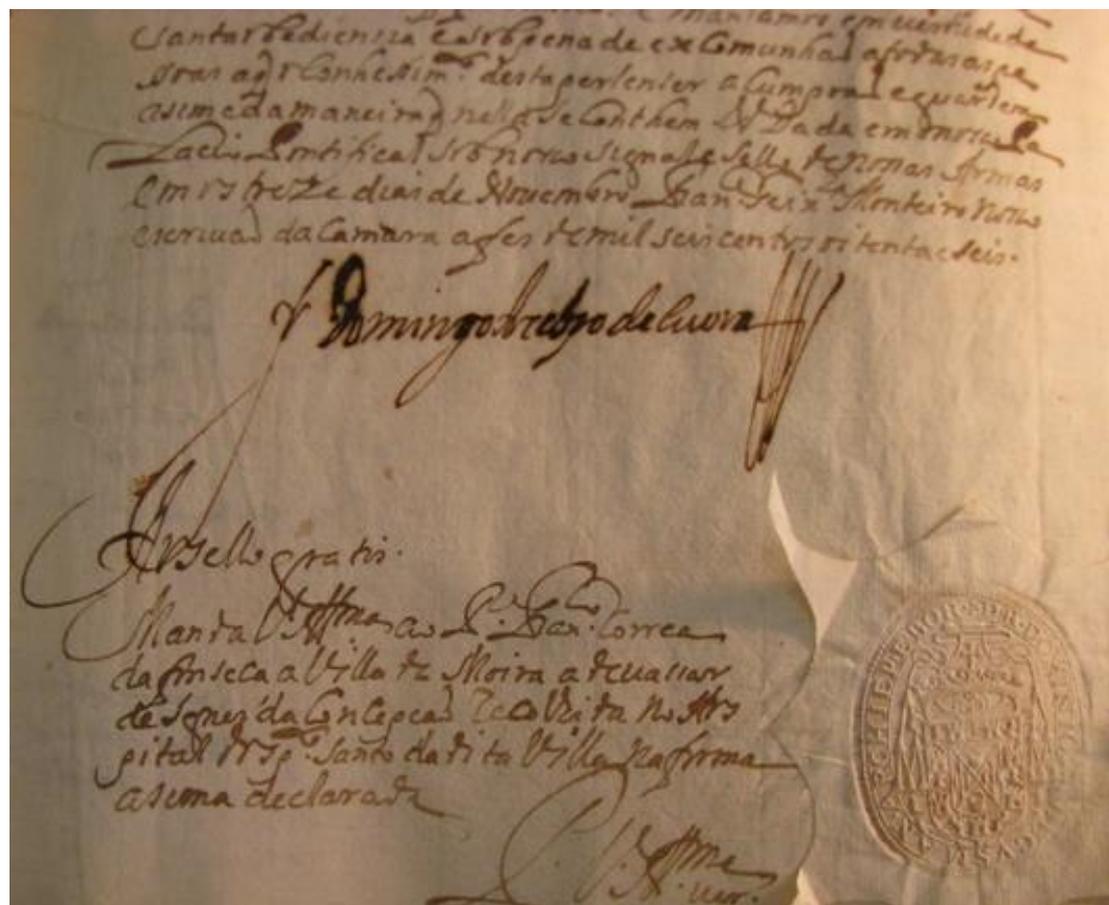
Breve de Paulus Anes, notário apostólico de Roma  
Inquisição de Lisboa, proc. 4624, f. 104v



Selo do Breve de Paulus Anes, notário apostólico de Roma  
Inquisição de Lisboa, proc. 4624, f. 104



Sinais de Alvarus Queimacto e Ferdinandus, notários  
Inquisição de Lisboa, proc. 2578, f. 4



## Provisão do arcebispo Domingos de Gusmão Inquisição de Lisboa, proc. 8129, f. 39



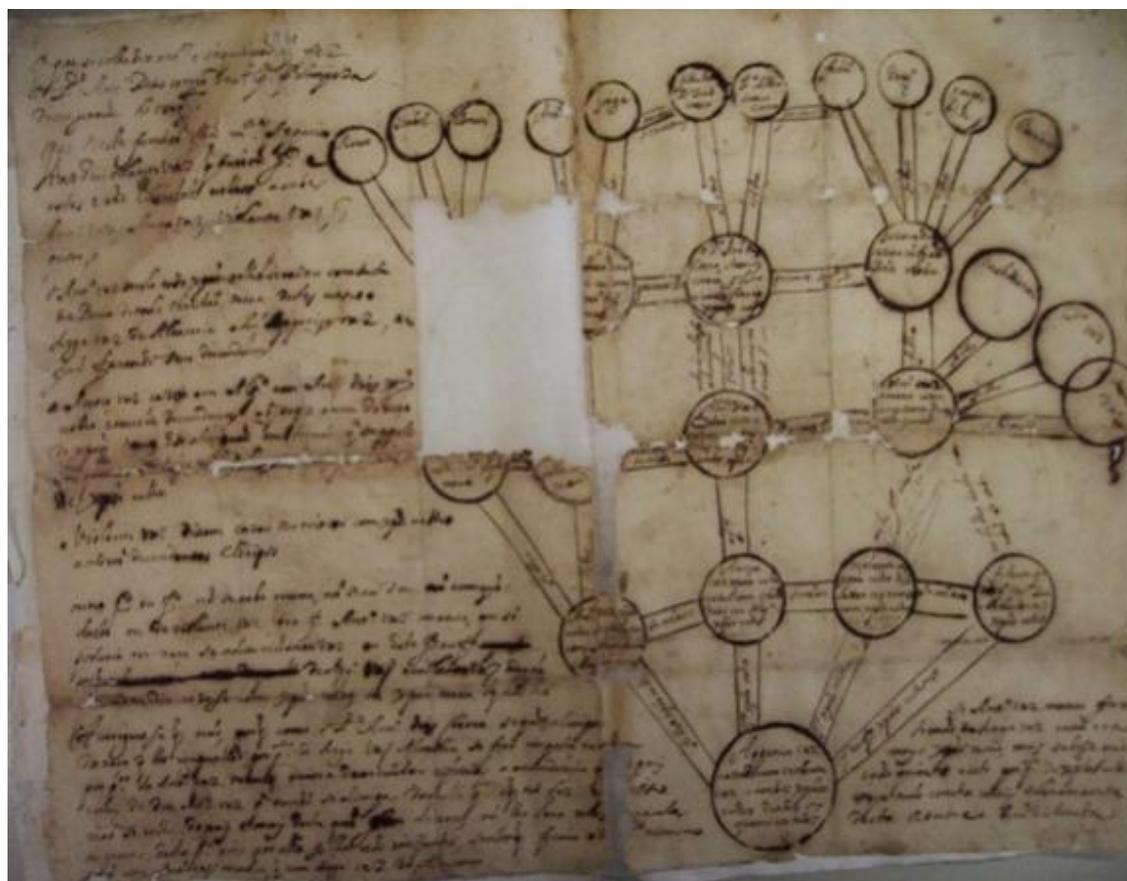
Selo de autenticação de Provisão  
Inquisição de Lisboa, proc. 8129, f. 39



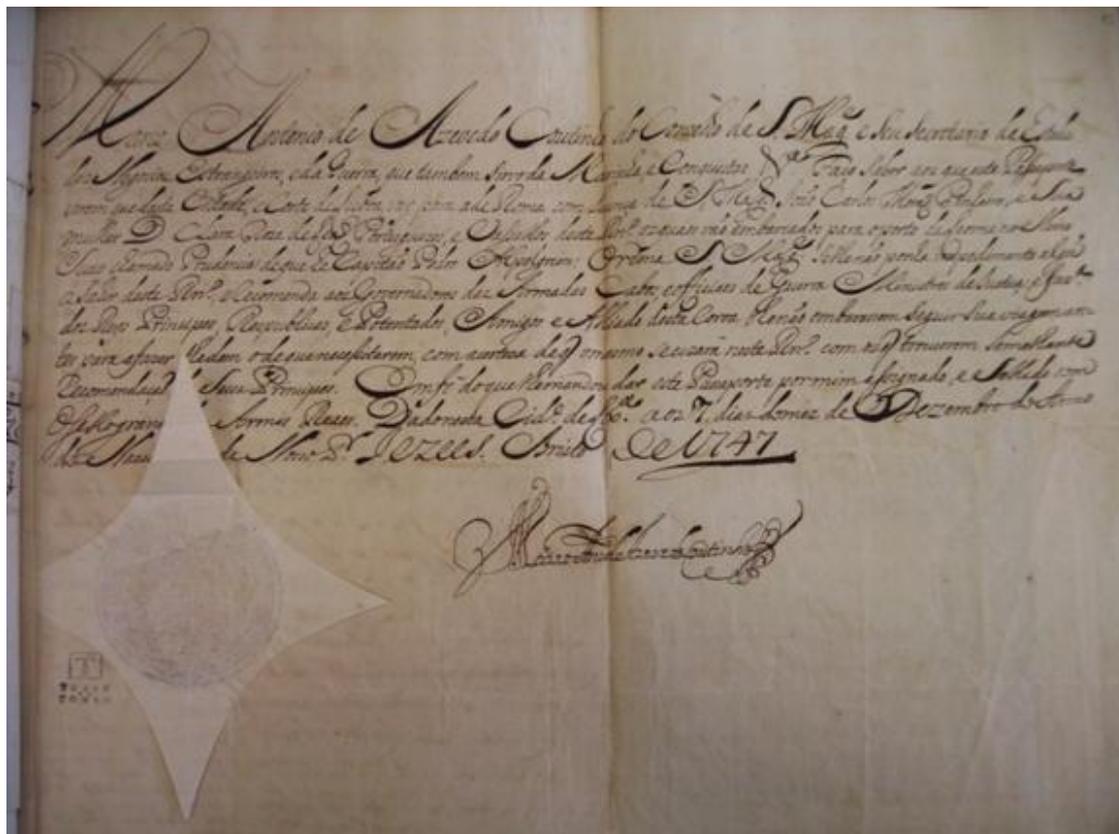
## Cartas particulares de Mariana da Coluna Inquisição de Lisboa, proc. 827



## Cartas particulares de Mariana da Coluna Inquisição de Lisboa, proc. 827



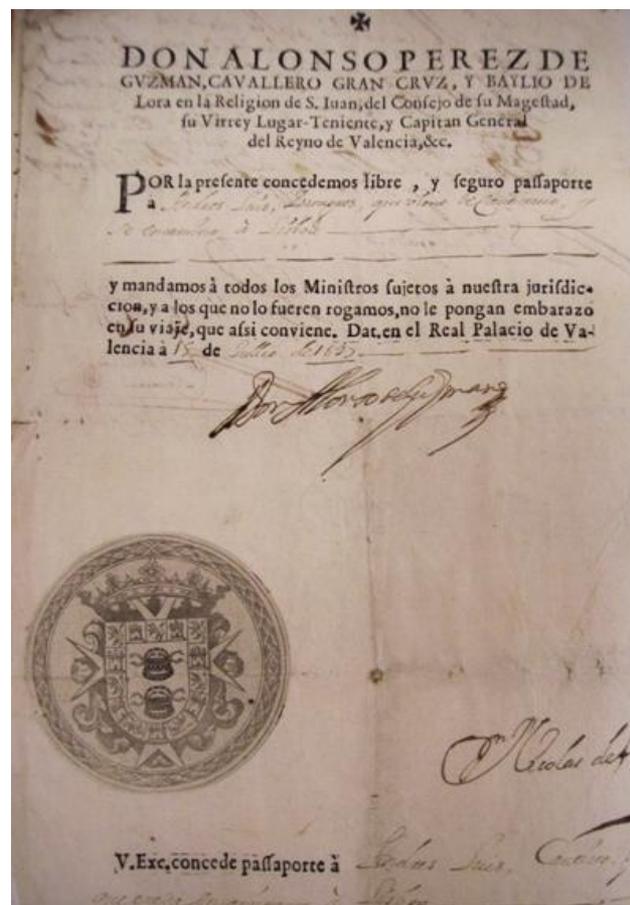
## Árvore genealógica inclusa no proc. de Belchior Dias Mago Inquisição de Lisboa, proc. 7454, f. 57



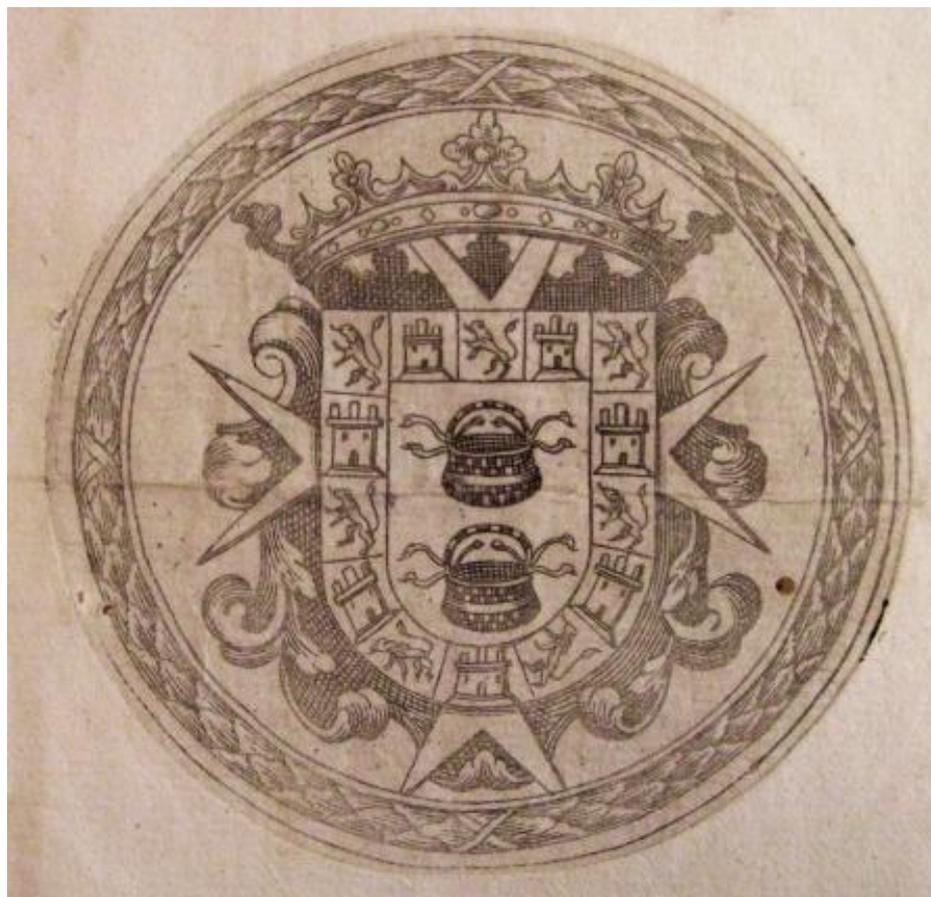
# Passaporte de João Carlos M. Pinheiro e Clara Rosa de Leão Inquisição de Lisboa, proc. 4072, f. 13



Selo do passaporte de João Carlos M. Pinheiro  
Inquisição de Lisboa, proc. 4072, f. 13



## Passaporte de André Luís Inquisição de Lisboa, proc. 11713, f. 29



Selo do passaporte de André Luís  
Inquisição de Lisboa, proc. 11713, f. 29



Quo loca Franca Maçonaria

Quoy mea secca souffriris vouer  
que notre auguste Compagnie  
soit sans cesse exposée aux Espas  
de la plus noire Calomnie  
non cest trop endurez de injurie de suspicion  
souffriris qui toua, ma voix se fasse entendre  
permettez moy de leur apprendre  
ce que c'est que loca Franca Maçonaria

---

Loca Franca de notre ordre toujours  
gagnent a de faire connoître  
et ja pretena par mea Discours  
inspirer le Doye de nos esles

C'est ce qu'un Franca Maçon en voyant le Portraict  
c'est un bon Votyon un Sijet plein de Zele  
a son Deince a l'Etat fidele  
et de plus un amy parfait

---

Chez nous regne une Liberté  
toujours soumise à la Deince  
nous y goulons la volupté  
mais sans que le Ciel en offence

Quoy qu'on veu de Public nos pénétrera par la société  
aux plus modestes loix c'est ce qui nous astreint  
les Franca Maçonaria n'ont point de créance  
ny les Remords ny les Regrets

---

Le But on tendant nos Dessins  
à leur servir d'usage

## Maçonaria (escrito em francês) Inquisição de Lisboa, proc. 257, f. 26



Sobre os Livros Pedreiros. 29

Ois meus Armados, soffriais vos?  
 que nossa angusta Copionlida  
 seja sempre exposta aos golpes  
 da Mayor Calumnia  
 não fahede demasiada aturar injurias e Suspeitas  
 e soffris, que a todos, mehta Vov. se faz ouvir  
 permitindo de lho encanar  
 o que são os Livros Pedreiros

---

a Gente da nossa Ordem, sempre  
 ganlão, em se fazer conhecer,  
 e portando tu, pelos meus discursos,  
 inspirar o desejo de o Ser,  
 e que he, um Livro Pedreiro, ainho o Retrato  
 de hum Bom Cidadão, hum Sagoita cheio de zelo  
 ao seu Principe, e ao Estado. Sueto  
 e de mais hum Amigo. Porfeito

---

entre nos ha huma Liberdade  
 sempre Sagoita a decencia  
 nos logramos huns gostos  
 dos que o teu se não offende  
 ainda que para o aplice, os nossos gostos que se recorda

## Maçonaria

Inquisição de Lisboa, proc. 257, f. 28



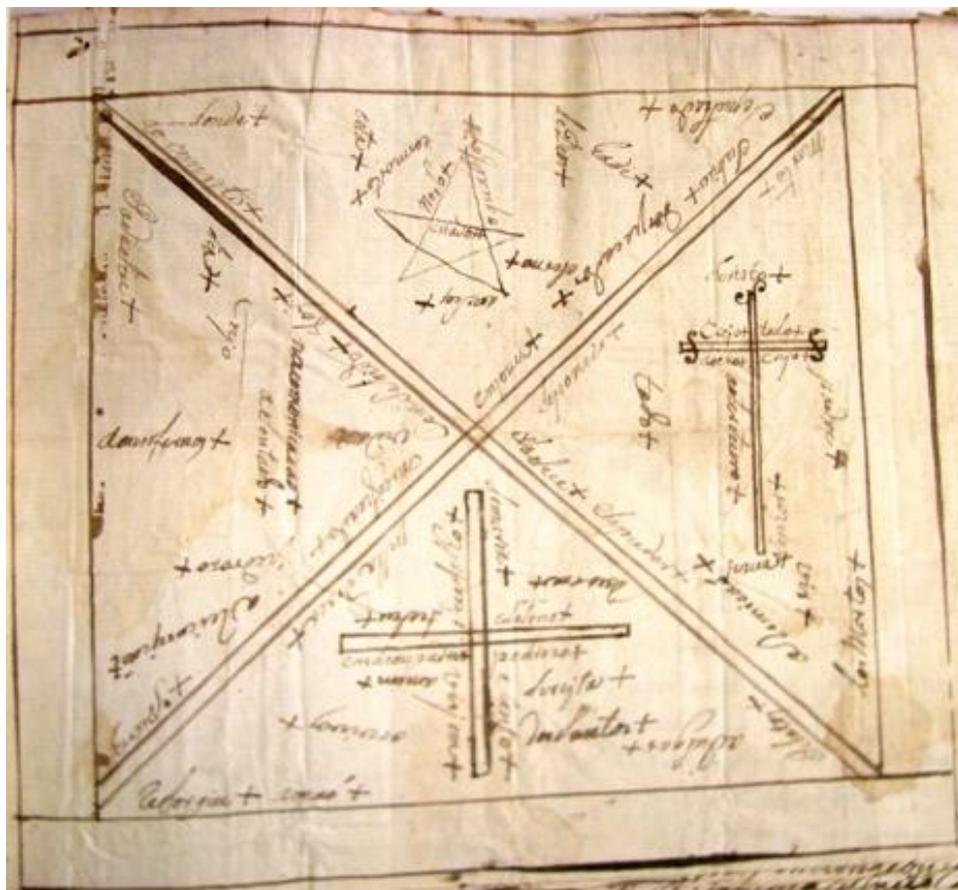
o Tribunal do J. Officio  
aos que souberem alguma  
das cousas contidas nos  
interrogatorios do Edital  
do dito J. Tribunal; de da-  
ra q. ouvio dizer a Mano-  
el Maria de Barbosa do-  
Bocage, q. elle, e Jose Ma-  
rião de Ouliveira, e hum  
fulano do qual não sei o  
nome mas sei q. he filho  
de Matias Jose de castro

Maçonaria - proc. de Manuel Maria Barbosa du Bocage  
Inquisição de Lisboa, proc. 16125, f. 1



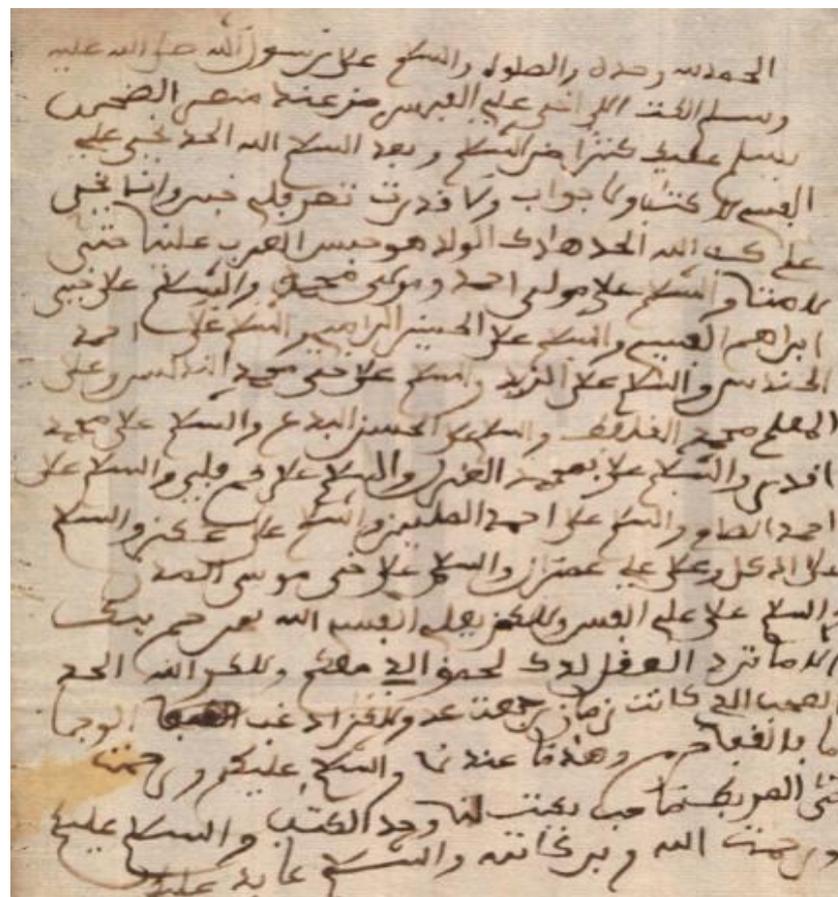
## Maçonaria

Inquisição de Lisboa, proc. 224, f. 11



## Maçonaria

Inquisição de Lisboa, proc. 224, f. 10



Documento escrito em árabe

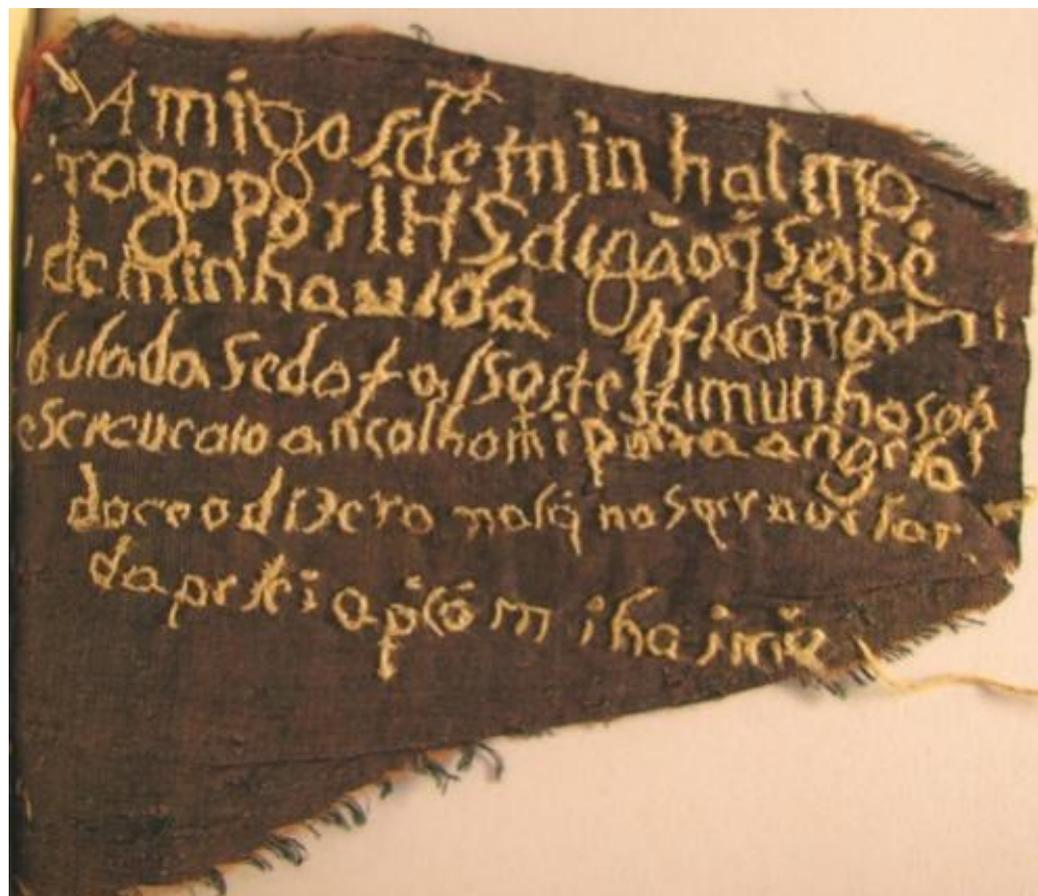
Inquisição de Lisboa, proc. 3932, f. 17v



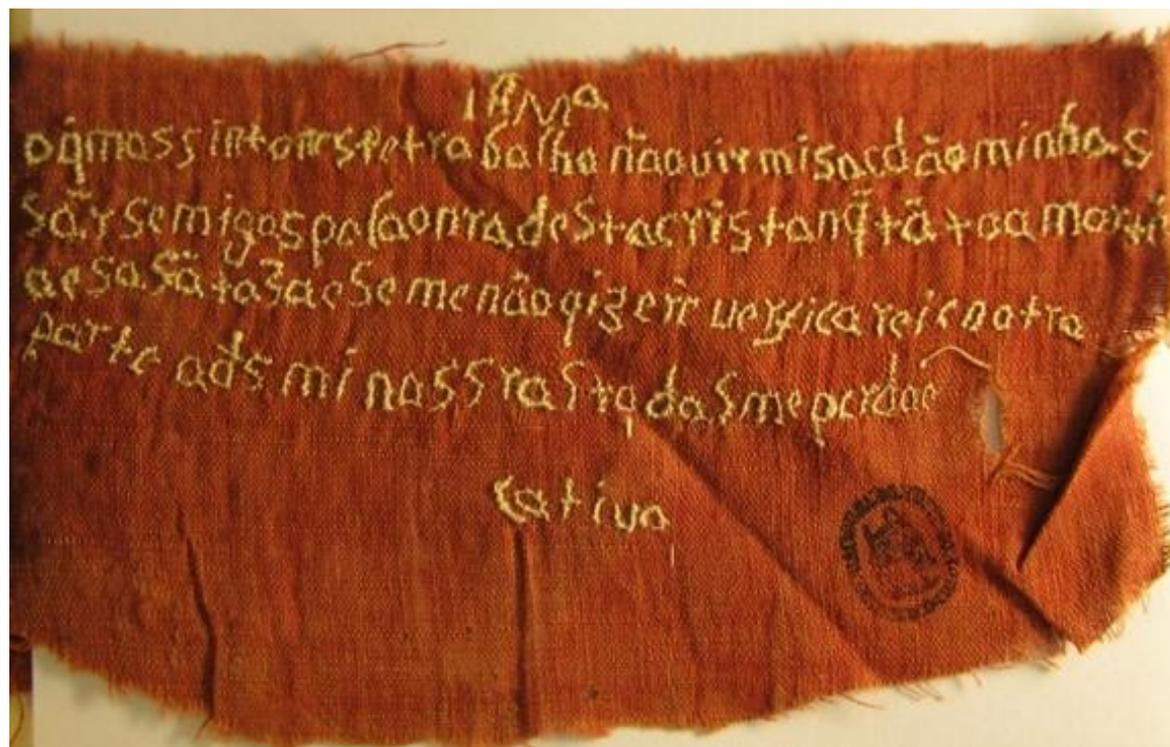
Documento escrito em árabe  
Inquisição de Lisboa, proc. 3206, f. 4



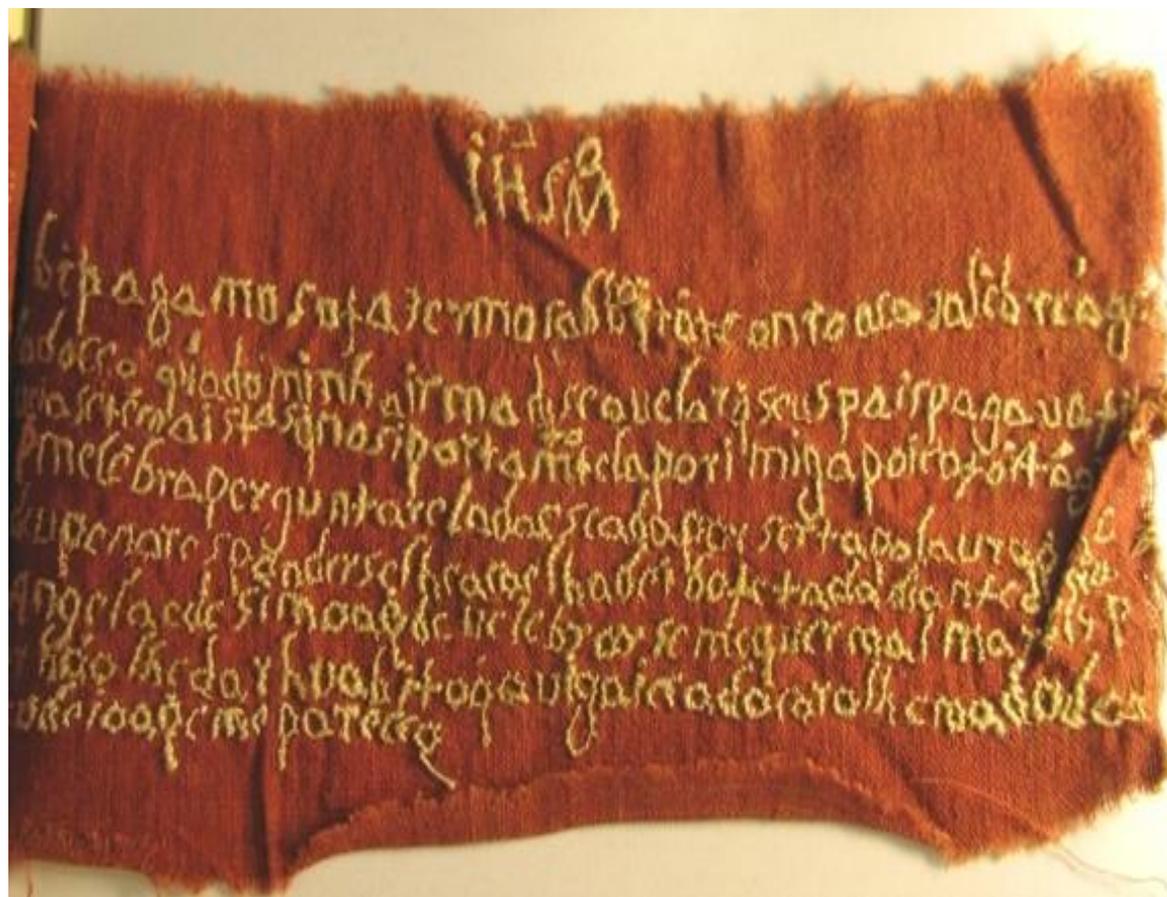
Documento escrito (bordado) em tecido  
Inquisição de Lisboa, proc. 329



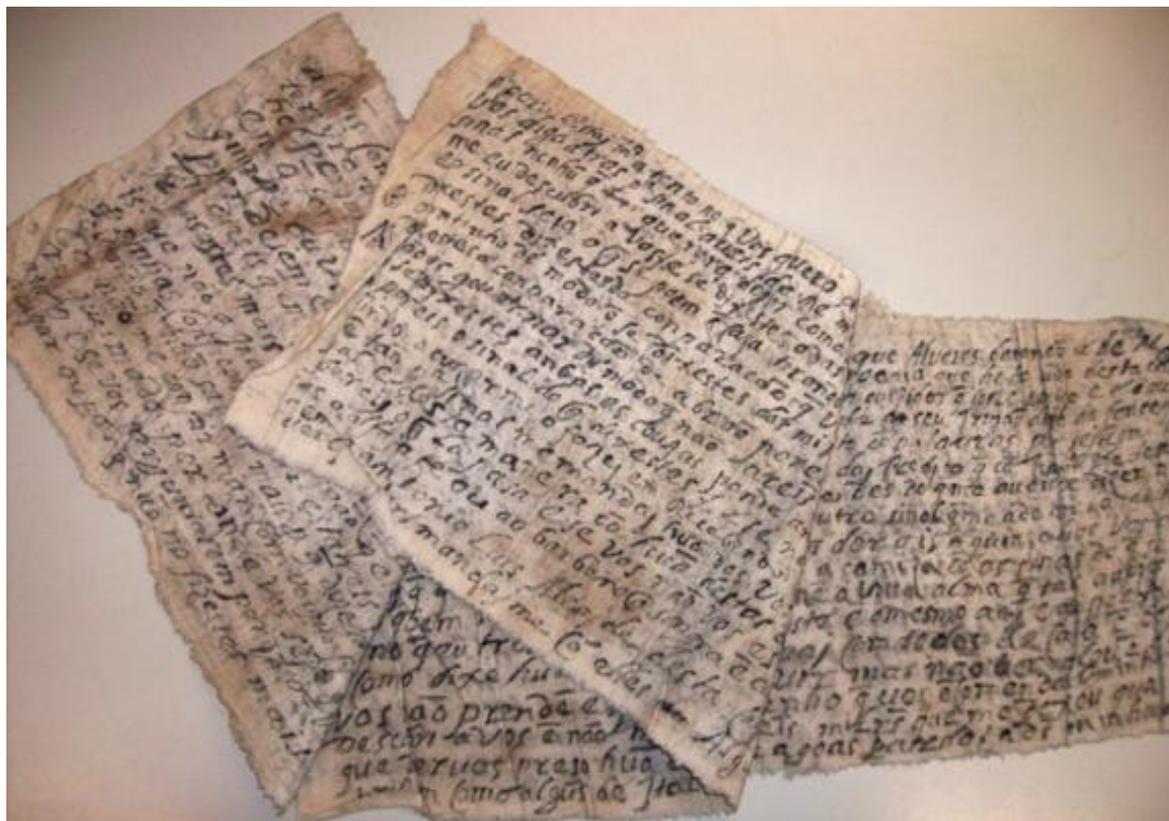
Documento escrito (bordado) em tecido  
Inquisição de Lisboa, proc. 329



Documento escrito (bordado) em tecido  
Inquisição de Lisboa, proc. 329



Documento escrito (bordado) em tecido  
Inquisição de Lisboa, proc. 329



Documento escrito em tecido

Inquisição de Lisboa, proc. 229, f. 112a-112c



## Fragmentos Inquisição de Lisboa, proc. 2262



## Fragments

### Inquisição de Lisboa, proc. 128





Selo de lacre por Cristóvão de Lisboa, arcebispo de Goa  
Inquisição de Lisboa, proc. 12796, f. 16



“nove mutras do sello” em lacre “vermelho escuro”  
Inquisição de Lisboa, proc. 5559, f. 49v



ESPERANÇAS  
DE PORTUGAL.  
GRANDE IMPERIO  
DO MUNDO  
PRIMEIRA E SEGUNDA  
VIDA  
DEL REY  
DOM JOAN O QUARTO.  
ESCRITAS  
POR GONCALVES  
BANDARRA.

Processo do padre António Vieira  
Inquisição de Lisboa, proc. 1664



## Bolsa com caroços inclusa no processo de Jacques Viegas Inquisição de Lisboa, proc. 2355



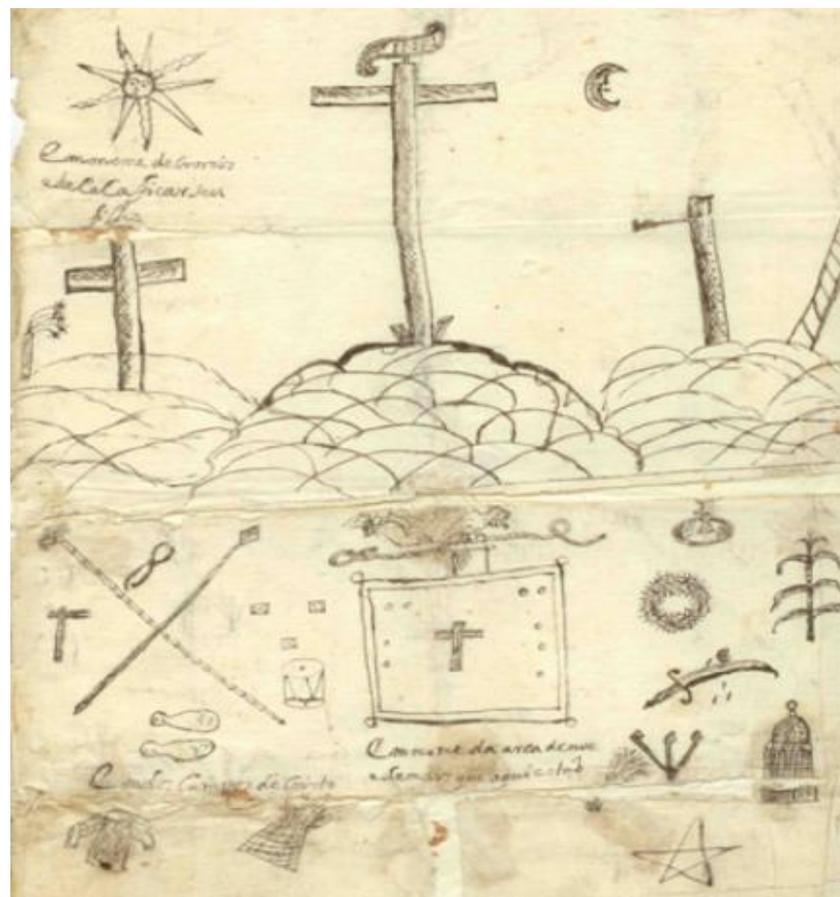
Bolsa com casca de árvore  
Inquisição de Lisboa, proc. 4074, f. 7v



Trança de cabelo inclusa no proc. de Joana Maria Nazaré  
Inquisição de Lisboa, proc. 8281-1, f. 1a



Livro com capa de carneira, incluso no processo  
Inquisição de Lisboa, proc. 5180



Desenho incluso no processo de Ana das Saudades  
Inquisição de Lisboa, proc. 5704, f. 148



Desenho incluído no processo de Francisco Campos Silva  
Inquisição de Lisboa, proc. 9352, f. 5



Desenho incluso no processo de Álvaro Mendes  
Inquisição de Lisboa, proc. 4117, f. 6



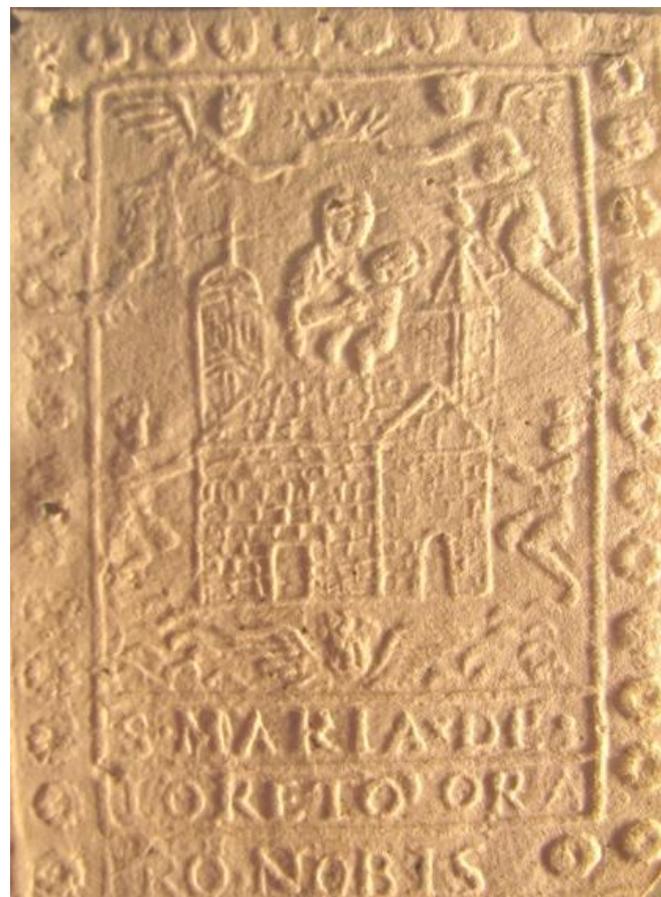
## Aguarela inclusa no proc. de Matias Gonçalves Guizanda Inquisição de Lisboa, proc. 14649



## Aguarela inclusa no processo de Mariana da Coluna Inquisição de Lisboa, proc. 827, f. 74



Aquarela incluída no processo de Simoa da Silva, freira  
Inquisição de Lisboa, proc. 6072, f. 122



Pagela de Nossa Senhora de Loreto  
Inquisição de Lisboa, proc. 5295, f. 26



Fim

## *Inquisição de Lisboa “on line”: um instrumento de descrição multinível actualizado*

### Contributos para a descrição: um valor acrescentado

As considerações que faremos, em seguida, são baseadas na leitura dos Regimentos e, sobretudo, na análise de processos e de documentação dispersa, para o preenchimento dos elementos de informação “Âmbito e conteúdo”, “Unidades de descrição relacionadas” e “Notas”.

O Tribunal da Inquisição de Lisboa tinha jurisdição sobre a província da Estremadura, parte da Beira e todas as conquistas até ao cabo da Boa Esperança. Lisboa, enquanto capital do reino, concentrava as manifestações de grande vulto. Estavam neste caso os autos-de-fé públicos. Consoante a gravidade do delito, os réus eram enviados de outras partes do império, do Brasil, de África, das Ilhas Atlânticas, para esta cidade, para aí serem julgados, sobretudo os hereges e os condenados passíveis de serem relaxados à justiça secular. Igualmente os estrangeiros, provenientes dos reinos de Irlanda, Inglaterra, França, Holanda e Polónia, entre outros, aqui eram sentenciados.

Conservava-se a documentação dos cartórios deste Tribunal e do Conselho Geral no palácio dos Estaus, que centralizava toda a actividade do Santo Ofício, numa câmara do Secreto. Havia idênticas câmaras nos outros Tribunais de Coimbra e Évora.

A Câmara do Secreto, com três chaves diferentes, só podia ser aberta conjuntamente e a ela apenas tinham acesso, os inquisidores, os notários e o promotor. Nesta Câmara encontravam-se os processos conclusos e os livros necessários ao funcionamento da Instituição: das reconciliações, das denúncias, os específicos dos crimes, dos mandados e das diligências, etc., todos com “Repertórios Abecedários”. Destes era feito, ainda, um “Repertório Geral”. Tais livros são fundamentais para o conhecimento da orgânica inquisitorial e para uma melhor interpretação dos processos, dada a estreita articulação entre os mesmos. *Passo a citar*: “...haverá estantes postas em boa ordem, e nelas estarão os feitos findos, e os que se processarem por sua ordem: dos quais haverá um Reportório, para se saber de quem são, e em que tempo se trataram, e o caso que é, de maneira que facilmente se possa achar, quando cumprir.” *Fim de citação*. (Regimento de 1613, tit. I, cap. V, f. 1 v.).

Nas capas de muitos processos dos sécs. XVII e XVIII, podemos encontrar uma cota antiga com a indicação do ano, auto, estante, maço, número, que traduz a sua arrumação no cartório. Os processos encontravam-se dispostos cronologicamente, por anos, e, dentro destes, por ordem alfabética do nome próprio.

Os processos descritos nesta série que tratámos são processos-crime e podem subdividir-se em: *Sumários* (nos quais não é requerida uma instrução minuciosa), casos em que podem ser despachados localmente, devido à distância dos Tribunais (resultado das visitas no Brasil e em África ou em outras partes do reino); e *Ordinários* (processos comuns, que exigem a recolha, mais ou menos desenvolvida, dos elementos probatórios). A sua dimensão varia entre trinta ou quarenta fólios e pode atingir mais de mil fólios, consoante a natureza do crime, a confissão ter sido considerada completa e o arrependimento sincero, e, por vezes, a qualidade do réu.

A instrução dos processos varia consoante diferentes factores; a legislação em vigor, (os diferentes Regimentos); as amnistias (perdão geral, éditos, breves, tempo da graça); a conjuntura política (dominação filipina, reforço do poder real); tipo de crime/acusação e a ideologia punida em cada época (judaizantes, protestantes, renegados e islamitas ou maçónicos).

Os processos-crime referidos, contém grande diversidade de documentos (manuscritos e alguns impressos), bem como os reunidos na habitual tramitação dos autos.

Entre outros documentos, podemos referir as diligências e cartas de denúncia, que fazem parte da instrução do processo, e algumas das suas partes constituintes, os inventários de bens, as sessões dos interrogatórios, a confissão, o libelo (acusação apresentada pelo promotor que funciona como Ministério Público), as contraditas (prova em contrário da acusação) suspeições (o réu apresentava motivos para suspeitar dos ministros do Santo Ofício), as apelações (para o Inquisidor Geral ou Conselho Geral, dos despachos e sentenças da Mesa, porquanto não havia apelações das sentenças definitivas), o acórdão (no qual os membros da Mesa concordam com a decisão final), e a sentença, tornada pública no auto-de-fé.

A partir do séc. XVII, torna-se comum o uso de documentos impressos que contêm um espaço para o preenchimento manuscrito dos dados relativos a cada indivíduo, o que traduz uma simplificação das tarefas. Estão neste caso, os mandados de captura, carta precatória edital (se os réus residirem noutra comarca fora do reino), carta citatória edital (afixada na porta das igrejas da cidade), carta requisitória edital (se residirem na comarca de outra Inquisição), termo de entrega no cárcere, termo de abjuração (revogação da heresia cometida, em público ou em privado), termo de falecimento (condições e causas do falecimento), termo de segredo (promessa do réu de não revelar o que se passou nos cárceres), termo de ida e penitência (local, duração e tipo de penitência).

Praticava-se o uso repetido dos traslados, autenticados por selos e por sinais dos notários, quer na íntegra, caso dos processos em mau estado

ou remetidos, por exemplo, da Inquisição de Goa, quer parcialmente, para a instrução de processos de outros réus.

Existem processos que têm documentos adicionais, apensos ou inclusos, que serviam para corroborar, informar ou esclarecer no decorrer da acção. Estes documentos tanto podem ser originais como trasladados, por exemplo: bulas e breves papais; cartas e provisões régias; ordens e cartas de perdão do Inquisidor Geral; cartas de familiar do Santo Ofício, entre outros.

Existe documentação de carácter particular: cartas amorosas, bem como pequenos papéis trocados entre presos e destes para o exterior, usando como intermediários os guardas dos cárceres (veja-se processos movidos contras os ditos guardas) e ainda panos, escritos ou bordados, com pensamentos e mensagens. De referir os livros, manuscritos e impressos, que poderiam ser da autoria dos presos e versavam matérias da fé ou especulações proibidas, geralmente de religiosos, e as pagelas de santos.

Nestes documentos utilizados como prova, encontram-se, por exemplo, sumários matrimoniais. Aqui como noutros casos, antevemos um procedimento administrativo, o circuito documental entre instituições. Quando tal era necessário, para a instrução do processo em caso de bigamia, era solicitada à Câmara Patriarcal o sumário matrimonial do ou dos réus. O sumário era então enviado ao Tribunal do Santo Ofício ficando, no seu lugar, a ordem dada pelos inquisidores para que se entregasse o documento ao seu portador. Nesta eram registados o nome dos nubentes, a data do documento bem como a data em que fora enviado ao Tribunal.

Ainda em relação ao circuito documental entre instituições ou entre serviços da mesma instituição podemos referir a existência de relações ou listas de processos enviados, por exemplo, da Inquisição de Goa para a Inquisição de Lisboa, de Angola para a Baía etc., e que muitas vezes acompanhavam os réus e, também, informações pedidas ou enviadas por outras Inquisições, do país e do estrangeiro.

Outro tema que sempre tem merecido grande atenção por parte dos investigadores relaciona-se com a escravatura. Existem muitos processos movidos contra réus escravos.

Noutros processos, já dos finais do séc. XVIII, podemos encontrar referências a cerimoniais maçónicos, listagens de concorrentes às Lojas e de pessoas declaradas maçónicas, relações de associados à causa dos Pedreiros Livres, de que é exemplo o processo de Manuel Maria Barbosa du Bocage.

No que se refere a documentação escrita noutros idiomas, encontram-se documentos escritos em latim, castelhano, francês, inglês, árabe, hebraico e grego.

Outra realidade digna de registo é a existência de suportes de escrita, além do papel, como o pergaminho (em muito menor quantidade) e o tecido, de que existem alguns exemplos.

Este subfundo contém também muitos documentos iconográficos, encontrados na posse dos réus: desenhos aguarelados, desenhos a carvão, pagelas de santos, em relevo, bem como objectos apensos aos processos: uma trança de cabelo, uma pequena bolsa com caroços de fruta, uma outra com uma casca de árvore, entre outros.

Em termos de autenticação de documentos trasladados ou mesmo de originais, como é o caso das bulas, encontram-se sinais de tabelião, notário, notário apostólico, selos de chapa de papel, selos de lacre vermelho e “vermelho escuro”, selos de cera vermelha pudentes. De lembrar que quer os selos de chapa de papel quer os selos de lacre podiam, de igual modo, ter como função selar correspondência de forma a garantir a inviolabilidade de documentos enviados, chamados (mutras).

Assinalamos, ainda, na descrição arquivística desta Série, o cuidado posto na reconstituição de processos. Procurámos integrar os fólios soltos nos documentos a que pertenciam, bem como reunir partes dispersas de processos, fazendo o registo das unidades de descrição relacionadas.

Outro aspecto a considerar como contributo, é a localização de processos desaparecidos, de que são exemplo os processos referentes a António José da Silva “O Judeu”, escritor e dramaturgo do século XVIII, acusado de judaísmo, preso pela Inquisição em 1737, e executado em auto-de-fé de 18 Outubro de 1739. Este processo não se encontrava localizado desde 1956, e dele só existia uma cópia microfilmada. Após consulta dos diversos instrumentos de descrição (ficheiro de verbetes – rosários e Livro de índices dos processos da Inquisição de Lisboa) foi rectificadada a cota, recuperados estes documentos e identificados com a sua cota actual.

Existiam procedimentos que salvaguardavam a chegada ao reino dos réus e dos documentos relativos aos mesmos.

Exemplo destes procedimentos é o processo de um réu, João Nunes, contratador dos contratos do pau-brasil, preso em Pernambuco, que seria enviado para Lisboa para ser julgado, assim como os seus autos e culpas. Viajaria este, em câmara própria, com apertadas medidas de segurança. Certamente, também, por razões de segurança, foram remetidos trasladados do processo e das culpas, em diferentes vias, embarcadas em diversos navios da mesma frota. Medidas adoptadas

pela Inquisição de Lisboa, aquando da prisão dos réus noutras partes do império.

Podemos concluir que o enriquecimento dos conteúdos deste conjunto documental permite-nos ter noção da riqueza da documentação.

DATA – Cristina Camacho e Graça Barros